

Sérgio Buarque de Holanda e a identidade do Brasil

Por Eliane Veras Soares *

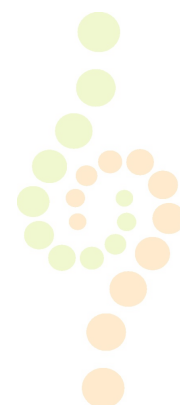
O historiador Sérgio Buarque de Holanda nasceu no bairro da Liberdade, na cidade de São Paulo, em 11 de julho em 1902, e faleceu na mesma cidade em 24 de abril de 1982. Na juventude, mudou-se com a família para o Rio de Janeiro onde, na ausência de uma Faculdade de Filosofia, cursou Direito (1921). No Rio de Janeiro representou a revista paulista *Klaxon*, fundada por representantes do Movimento Modernista, que havia sido deflagrada em São Paulo com a conhecida Semana de Arte Moderna, realizada em fevereiro de 1922. O jovem literato não pode comparecer ao evento por estar submetido aos exames de segunda época da Faculdade. Após a oitava edição, a revista *Klaxon* cumpriu o seu ciclo de existência. Sérgio Buarque inaugurou com o seu amigo Prudente de Moraes Neto outra revista, *Estética*. Embora formado em Direito, a vocação literária e boêmia do jovem Sérgio Buarque de Holanda adaptava-se melhor ao jornalismo e à crítica literária.

A convite de Assis Chateaubriand viajou, como correspondente de “O Jornal”, para a Alemanha onde permaneceu de junho de 1929 a dezembro de 1930. Como argumenta Antonio Candido, “esse ano e meio foi tão importante na sua vida intelectual que muitos pensam que ficou mais tempo” (Candido, 1982: 5)¹. Quando retornou para o Brasil, lecionou na Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, como assistente do professor Henri Hauser na cadeira de História Econômica e também do professor Tronchon na cadeira de Literatura Comparada, tendo encerrado sua experiência com a extinção dessa Universidade, por ocasião da instalação do Estado Novo em 1937. Entre 1946 e 1956 foi diretor do Museu Paulista. Neste ano passou a ser regente da cadeira de História da Civilização Brasileira na Universidade de São Paulo (USP). Efetivou-se como professor catedrático em 1958 com a tese *Visão do Paraíso*. Permaneceu na USP até 1969, quando solicitou aposentadoria em solidariedade aos professores aposentados compulsoriamente pelo governo militar, mediante o Ato Institucional nº 5 (AI-5). A partir daí passou a dedicar-se integralmente à direção da coleção *História Geral da Civilização Brasileira*, tendo sido responsável pela redação de diversos capítulos e do volume completo *Do Império à República*, publicado em 1972.

Ao lado de sua atuação como ativista do movimento modernista, crítico literário, jornalista, historiador, professor universitário, intelectual e boêmio, encontramos em Sérgio Buarque uma importante dimensão política, presente não só em suas análises sociológicas mas também na sua prática vinculada a movimentos de resistência. Foi defensor da Revolução Constitucionalista de 1932; fundador e ativista da Associação Brasileira de Escritores, em 1942 (período em que o Brasil vivia sob o Estado Novo, regime ditatorial liderado por Getúlio Vargas); fundador da Esquerda Democrática, em 1945; membro do Partido Socialista Brasileiro a partir de 1947. Além disso, como já foi dito anteriormente, em 1969, afastou-se voluntariamente da cátedra de História do Brasil na Universidade de São Paulo em solidariedade aos colegas punidos pelo AI – 5; no início dos anos 1970, período mais duro e dramático da Ditadura Militar, escreveu o

* Universidade Federal de Pernambuco. Mail de contacto: elianeveras1@gmail.com

¹ Para uma apreciação das influências intelectuais sofridas nesse período ver Antonio Candido (1982) “Sérgio em Berlim e depois”. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, número 3, julho, pp. 4-9.



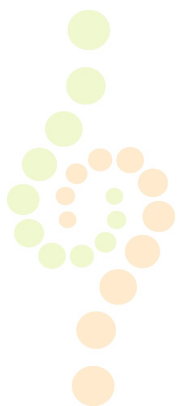
primeiro manifesto de intelectuais opositoristas em apoio ao deputado Oscar Pedroso Horta; foi também, a partir de 1978, vice-presidente do Centro Brasil Democrático organizado por iniciativa de Oscar Niemeyer. Finalmente, em 1980 assinou a Ata de Fundação do Partido dos Trabalhadores. Sérgio Buarque de Holanda tem sido considerado por todos estes atributos a encarnação de uma personalidade radicalmente democrática. Ainda que a idéia de uma democracia radical esteja presente na obra *Raízes do Brasil*, sua recepção - e mesmo a maior parte da leitura realizada nestes 74 anos - deu-se a partir da busca desenfreada em se definir uma identidade nacional. Essa chave de leitura tendeu a ignorar o radicalismo político presente de modo mais incisivo nos últimos capítulos.

A história de *Raízes do Brasil* começa na Alemanha, no final dos anos 1920, quando Sérgio Buarque de Holanda desenvolveu as primeiras páginas de um ensaio intitulado *Teoria da América*. Parte deste trabalho foi publicada na revista *Espelho* sem relevância acadêmica. Parte foi aproveitada para escrever *Raízes do Brasil*, uma vez que havia sido convidado pelo editor José Olympio a publicar o primeiro volume da “Coleção Documentos Brasileiros”.

A primeira edição de *Raízes do Brasil*, publicada em 1936, foi prefaciada por Gilberto Freyre, então amigo de Sérgio Buarque, coordenador da referida Coleção. Naquela altura os dois autores pareciam concordar em relação a um ponto central: o êxito da colonização portuguesa. João Cezar de Castro Rocha, analisando a frase de abertura da primeira edição de *Raízes do Brasil* - “Todo estudo compreensivo da sociedade brasileira há de se destacar o fato verdadeiramente fundamental de constituirmos o único esforço bem-sucedido, em larga escala, de transplantação da cultura européia para uma zona de clima tropical e subtropical. Sobre território que, povoado com a mesma densidade da Bélgica, chegaria a comportar um número de habitantes igual ao da população atual do globo, vivemos uma experiência sem símile” (Holanda citado em Rocha, 2002) - chama a atenção para o “ar de família” presente nas primeiras linhas de *Raízes do Brasil* e *Casa Grande & Senzala*: “Quando em 1532 se organizou econômica e civilmente a sociedade brasileira, já foi depois de um século inteiro de contatos dos portugueses com os trópicos; de demonstrada na Índia e na África sua aptidão para a vida tropical” (Freyre, 2001: 79).

Se é verdade que os dois intérpretes do Brasil abrem suas respectivas obras celebrando o êxito da colonização portuguesa, também é verdade que, uma década depois, a segunda edição de *Raízes do Brasil*, publicada em 1947, trazia uma mudança significativa em seu parágrafo de abertura, alterando radicalmente o sentido celebratório da primeira edição. Veja o leitor o que nos diz Holanda: “A tentativa de implantação da cultura européia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato mais rico em conseqüências”. Segue-se o parágrafo já presente na primeira edição, acrescentado apenas da palavra hoje (Rocha, 2002): “Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje, uns desterrados em nossa terra” (Holanda, 1995:31).

Definitivamente a análise de Sérgio Buarque de Holanda irá se afastar da perspectiva dominante entre os intérpretes do Brasil, notadamente Gilberto Freyre, no que se refere à louvação da ação lusa no território brasileiro. De tal modo que sua análise é - ninguém expressou isso melhor que Antonio Candido - “uma ducha fria no fascínio pela tradição luso-brasileira como pedra de toque sempre evocada não apenas para interpretar e avaliar a história da nossa sociedade, mas para traçar a sua linha de desenvolvimento futuro” (Candido, 1982:8). É justamente esse olhar voltado para o



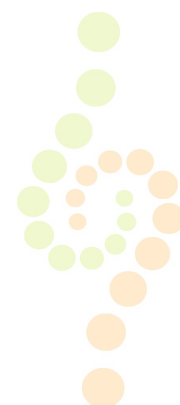
futuro que propõe uma leitura crítica do passado, uma espécie de acerto de contas com a história, que dá o tom radical da obra de Sérgio Buarque de Holanda.

Aqueles que procuraram cristalizar a identidade nacional mediante um processo seletivo que promove a idealização de um passado no qual o elemento português é desenhado a partir de qualidades cantadas em verso e prosa como a adaptabilidade, a miscibilidade e a tolerância, o que teria resultado na construção de um modo de ser do brasileiro também tolerante, afável e feliz, não foram capazes de ler na obra de Sérgio Buarque aquilo que ela trazia como novidade: o necessário corte do tecido social apodrecido para o florescimento de uma sociedade democrática. A superação do autoritarismo político, nesse contexto, só poderia ocorrer com “o advento das camadas populares à liderança”. Essa idéia, apresentada anos 1930-1940, inaugura uma nova forma de pensar o Brasil, constituindo-se numa autêntica “reflexão democrática não convencional”(Candido, 1982:9).

Entretanto, o viés conservador fixou a sua atenção nos capítulos do livro dedicados à análise da formação nacional, tendendo a perceber a crítica dos traços psicossociais desenvolvidos no passado, como a cristalização de um modo de ser que se converte em dever ser. Sobrevivem na narrativa sobre *Raízes do Brasil* as tipologias criadas pelo autor para caracterizar e diferenciar os processos de colonização engendrados pelo português, o “semeador”, e pelo espanhol, o “ladrilhador”; sobrevive também uma interpretação equivocada a respeito do “homem cordial” e da “cordialidade” como um traço característico do brasileiro. O que sobreviveu no senso comum em relação à obra parece ser justamente aquilo que o seu autor rejeitou. Em sua última entrevista, em 1981, ao comentar a sua afirmação de que reescrever *Raízes do Brasil* seria fazer um livro diferente, o autor afirma,

Teria que mudar e desdizer muita coisa. Por exemplo: acho muito estática aquela definição do início, em que falo do personalismo, do individualismo. Não posso concordar com isso hoje. O mesmo vale pra aqueles trechos sobre o ladrilhador, o semeador: acho aquilo ensaístico demais, precisaria refazer. O fato é que o livro foi publicado em 1936, uma época muito dura para o Brasil, quase tão dura quanto a atual. E nele afirmo que uma revolução no Brasil não pode ser uma revolução de superfície: teria de ser uma revolução que levasse em conta todos os elementos mais aptos que estão por baixo. Essa é uma afirmação que na época era difícil fazer. O fato é que não pensei mais nesse assunto [reescrever *Raízes do Brasil*]. Tanto que as novas edições têm saído sem mudança. Só agora, que se tem falado muito naquela questão do homem cordial – eu tenho sido muito criticado por isso – resolvi pedir que na próxima edição eles incluíssem uma parte da minha polêmica com o Cassiano Ricardo. Cassiano implicava como termo ‘cordial’. Para ele, o correto seria ‘homem bom’. Mas minha idéia não era fazer nenhuma avaliação ética. A cordialidade vem do coração. É possível até odiar cordialmente. Posso dizer, por exemplo, que fulano é uma excelentíssima besta. ‘Cordial’ não tem necessariamente sentido positivo. Já a bondade é totalmente diferente. Cassiano fala até numa ‘bondade maquiavélica’, mas não se trata de bondade e muito menos de maquiavelismo (Holanda, 2004: 69).

O apego à noção de caráter nacional, presente no Movimento Modernista e também entre os intelectuais brasileiros, promoveu uma leitura de *Raízes do Brasil* como uma obra que teria por objeto o problema da identidade nacional. Mas, como bem



adverte Brasília Sallum Júnior,

Haverá, pois que tomar cautela com a interpretação que entende ser o objeto de Raízes do Brasil reconstituir a identidade nacional brasileira, aquilo que nos singulariza como sociedade. Cautela, porque em Raízes trata-se mais é de reconstituir a identidade brasileira 'tradicional' enquanto entendida como um dos pólos de tensão social e política do presente, como o arcaico que tende a ser superado pela sociedade brasileira em 'revolução'. Assim, a identidade brasileira está em devir, em processo de construção (Sallum Júnior, 2001:238).

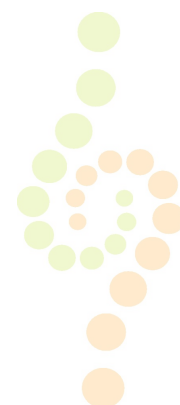
Concordando com o argumento desenvolvido por Sallum Jr. quero destacar que a lugar de procurar uma identidade definitiva ou acabada na obra do autor é preciso justamente respeitar os processos de formação e transformação desta identidade que é não é apenas, é antes de tudo um processo, um vir a ser. Talvez fosse essa a razão pela qual Sérgio Buarque de Holanda não aprovou do título dado à tradução japonesa de *Raízes*, “O que é o brasileiro”. Ele não pretendia responder ao que é, compreendendo este ser em sentido estático, não dinâmico, não contraditório, nem permeado de ambivalência.

Um dos pontos centrais da obra, ao analisar a nossa identidade 'arcaica', herança mal adaptada da nossa linhagem ibérica, é a persistência de uma ordem social e política patriarcalista. Para Raymundo Faoro, Holanda não compartilhava da idéia de que a ordem político-social no Brasil tenha sido patrimonialista, mas exatamente o contrário, supunha o autor que “o patrimonialismo seria impossível, como ordem política, impedido pela ambiência patriarcal, incapaz de sair da ordem privada” (Faoro, 1998:61). É isso que torna possível a compreensão do conceito de ‘homem cordial’. Cordial não significa afável ou brando, mas abrange também o ódio, sentimentos que procedem da esfera do íntimo, do familiar, do privado. As conseqüências das manifestações concretas desta organização social e política de caráter patriarcal levam à problemática da construção do Estado. Entre o Estado e a ordem familiar patriarcal não há continuidade, mas oposição, incompatibilidade, uma vez que “o Estado não é uma mera ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. [...] Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da Cidade” (Holanda, 1995:141).

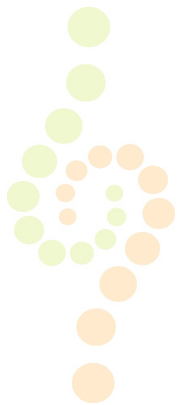
Ora, a transgressão da ordem doméstica, no caso da sociedade brasileira patriarcal, corresponde outra idéia força de Raízes do Brasil que é “a desqualificação das classes dominantes de origem rural, cujo prestígio nostálgico ainda alimentava uma ideologia confortadora no brasileiro médio, acostumado inclusive a extrair daí uma visão deformada das relações de trabalho, segundo a qual o escravo, o agregado, o trabalhador livre apareciam como parceiros de um pacto de tipo familiar bastante idealizado” (Candido, 1982:8).

Podemos concluir que a leitura de uma obra está condicionada pelo horizonte político-cultural de um dado tempo histórico². A radicalidade democrática contida em

² Rocha (2003:216) demonstra, por exemplo, como na recepção da noção de homem cordial “apesar do conceito ser atribuído a Sérgio Buarque, seu entendimento mais comum associa cordialidade à amizade, simpatia, disponibilidade emocional. Ou seja, o conceito é atribuído a Sérgio Buarque, mas, quanto à



Raízes do Brasil não conseguiu se tornar o foco do debate em uma sociedade contida pelas forças autoritárias personificadas no Estado Novo e que, em certo sentido, caracterizavam-se como atualização da herança arcaica da nossa formação colonial. Cabe agora levantar a questão a respeito de uma leitura contemporânea de *Raízes do Brasil*: o que esta obra pode nos dizer a respeito dos “novos tempos” e da “nossa revolução”?³ Esse é o desafio que se coloca para a sociologia contemporânea. A releitura de uma obra clássica sempre nos coloca diante de perguntas que ainda carecem de respostas. A pergunta, no caso, parece ser: até que ponto realizamos a “revolução vertical” reclamada por Sérgio Buarque de Holanda ou este ainda é um espectro que ainda nos ronda?



interpretação, a proposta de Gilberto Freyre triunfou!”

³ Títulos dos dois últimos capítulos de *Raízes do Brasil*.

Referências Bibliográficas

CANDIDO, A. (1982), “Sérgio e Berlim e depois”, *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, número 3, julho, pp. 4-9.

CANDIDO, A. (1995), “O significado de Raízes do Brasil”, in Holanda, S. B. de: *Raízes do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras. pp. 3-21.

FAORO, R. (1998), “Sérgio Buarque de Holanda: analista das instituições brasileiras”, in Candido, A. (Org.) *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*, São Paulo, Editora Perseu Abramo. pp. 59-70.

FREYRE, G. (2001), *Casa-Grande & Senzala: introdução à história da sociedade patriarcal I*, Rio de Janeiro, Record.

HOLANDA, S. B. de (1995), *Raízes do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras.

HOLANDA, S. B. de (2004), “Corpo e Alma do Brasil: entrevista de Sérgio Buarque de Holanda”, *Novos Estudos*, São Paulo, número 69, julho, pp. 3-14.

ROCHA, J. C. de C. (2002), “O (des)leitor de 'Raízes do Brasil'”, *Jornal Folha de São Paulo*, 27 de outubro de 2002.

ROCHA, J. C. de C. (2003), “As origens e os equívocos da cordialidade brasileira”, in: ROCHA, J. C. de C. (Org.) *Nenhum Brasil existe: pequena enciclopédia*. Rio de Janeiro, Topbooks, pp. 205-219.

SALLUM JÚNIOR, B. (1999), “Sérgio Buarque de Holanda: Raízes do Brasil”, in: MOTA, L. D. (Org.) *Introdução ao Brasil: um banque no trópico*. São Paulo, Senac. pp 327-356.

